



GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
Secretaria de Estado da Casa Civil

DECRETO Nº 8.030, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013.
[Revogado pelo Decreto nº 9.059, de 28-09-2017.](#)

~~Aprova o Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde.~~

~~O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e o que consta do Processo nº 201100005002360,~~

~~D E C R E T A:~~

~~Art. 1º Fica aprovado o anexo Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde.~~

~~Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 6.616, de 25 de abril de 2007, e o Regulamento por ele aprovado.~~

~~PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 22 de outubro de 2013, 125º da República.~~

~~MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR~~

~~(D.O. de 30-10-2013)~~

REGULAMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

TÍTULO I
DA COMPETÊNCIA

~~Art. 1º A Secretaria de Estado da Saúde—SES/GO—, tem por finalidade realizar a promoção, prevenção, preservação e recuperação da saúde da população, competindo-lhe:~~

~~I— formular, planejar, executar, controlar e avaliar a política estadual de saúde pública;~~

~~II— gerir, coordenar e fiscalizar o Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado;~~

~~III— administrar o Fundo Estadual de Saúde, instituído pela Lei nº 17.797, de 19 de setembro de 2012, em consonância com as prescrições da Lei federal nº 4.320/1964, das Leis Complementares federais nºs 101/2000 e 141/2012 e das demais normas aplicáveis à espécie, com os suportes técnico, administrativo e operacional dos servidores do Órgão;~~

~~IV— desenvolver a capacidade institucional de planejamento e gestão pública da saúde, fazendo cumprir, no âmbito do Estado, o marco regulatório, as leis e normas do SUS;~~

~~V— exercer o poder de polícia sobre as atividades relacionadas com serviços de saúde, produção de alimentos, drogas e medicamentos;~~

~~VI— analisar e avaliar a situação, as tendências e determinantes de saúde do Estado, com ênfase na identificação de desigualdades nos riscos, nos danos e no acesso aos serviços de saúde;~~

~~VII— administrar os sistemas de vigilância epidemiológica, sanitária, ambiental em saúde, de saúde do trabalhador e a rede estadual de laboratórios de saúde pública;~~

~~VIII— instituir alianças intersetoriais e identificar recursos para as ações de promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população goiana;~~

~~IX— avaliar o impacto das políticas públicas em saúde no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~X— regular, controlar, avaliar e auditar a prestação de serviços e a execução das ações de saúde nos setores público e privado;~~

~~XI— promover ações de educação, informação e comunicação social, visando a melhorias nos fatores determinantes e condicionantes de saúde;~~

~~XII— promover o desenvolvimento de modelos de atenção com ênfase na promoção da saúde, reorientando os sistemas e serviços de saúde;~~

~~XIII— apoiar o fortalecimento das instâncias colegiadas de participação social no Sistema Único de Saúde—SUS—, nas formas de proposição, deliberação e fiscalização da Política Estadual de Saúde;~~

- ~~XIV — promover e garantir o acesso universal e equitativo da população goiana aos serviços de saúde;—~~
- ~~XV — promover e garantir a qualidade dos serviços de saúde ofertados à população;—~~
- ~~XVI — promover o processo de descentralização e regionalização de ações e serviços de saúde no âmbito estadual, participando do financiamento do SUS e executando em caráter complementar os serviços de saúde;—~~
- ~~XVII — apoiar tecnicamente os municípios para a melhoria de sua capacidade de gestão dos sistemas de saúde e o desenvolvimento da educação permanente no SUS;—~~
- ~~XVIII — coordenar o processo de organização das redes assistenciais de saúde, monitorando e avaliando o acesso da população aos serviços de saúde;—~~
- ~~XIX — definir e promover a política de gestão do trabalho e de desenvolvimento de pessoas na área da saúde, preconizada pelo Governo Estadual;—~~
- ~~XX — fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, em consonância com a Política Estadual e Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, integrante da Política Nacional de Saúde formulada no âmbito do SUS;—~~
- ~~XXI — promover a educação profissional e tecnológica, visando à formação, capacitação e qualificação, bem como a outros processos voltados para o serviço público na área da saúde;—~~
- ~~XXII — participar do Consórcio Goiás de Educação Profissional, composto por representantes das áreas de Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Agricultura e Saúde;—~~
- ~~XXIII — estabelecer parcerias com instituições de ensino para adequação de seus programas e suas estratégias às necessidades oriundas da política estadual de saúde;—~~
- ~~XXIV — formar e aperfeiçoar os profissionais da área de saúde no âmbito do Estado de Goiás;—~~
- ~~XXV — promover a Política Estadual de Assistência Farmacêutica, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde;—~~
- ~~XXVI — impulsionar a Política Estadual de Sangue e Hemoderivados, em consonância com as diretrizes nacionais;—~~
- ~~XXVII — fomentar a Política Estadual de Transplantes de Órgãos e Tecidos, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde;—~~
- ~~XXVIII — trabalhar a Política de Gestão de Risco das Unidades Assistenciais da SES e das Unidades Descentralizadas, em consonância com as diretrizes do Ministério da Saúde;—~~
- ~~XXIX — realizar outras atividades correlatas.—~~

TÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA E COMPLEMENTAR

~~Art. 2º As unidades administrativas que constituem a estrutura básica e complementar da Secretaria da Saúde são as seguintes:~~

- ~~I — Gabinete do Secretário:—~~
- ~~a) Conselho Estadual de Saúde;—~~
- ~~b) Comissão Intergestores Bipartite;—~~
- ~~c) Centro de Excelência em Ensino, Pesquisas e Projetos — Loide das Neves Ferreira;—~~
- ~~d) Gerência da Ouvidoria;—~~
- ~~e) Gerência da Secretaria Geral;—~~
- ~~f) Gerência das Regionais de Saúde e Núcleos de Apoio ao Controle de Endemias;—~~
- ~~II — Superintendência Executiva;—~~
- ~~III — Chefia de Gabinete;—~~
- ~~IV — Advocacia Setorial;—~~
- ~~V — Comunicação Setorial;—~~
- ~~VI — Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças:—~~
- ~~a) Gerência de Apoio Logístico e Operacional;—~~
- ~~b) Gerência de Compras e Administração de Estoques;—~~
- ~~c) Gerência de Contratos e Convênios;—~~
- ~~d) Gerência de Desenvolvimento de Pessoas;—~~

- e) Gerência de Engenharia e Arquitetura;
- f) Gerência de Execução Orçamentária e Financeira;
- g) Gerência de Folha de Pagamento;
- h) Gerência de Licitações;
- i) Gerência de Planejamento;
- j) Gerência de Tecnologia da Informação;
- VII—Superintendência de Vigilância em Saúde:-
 - a) Gerência de Apoio às Ações de Vigilância em Saúde;
 - b) Gerência de Imunizações e Rede de Frio;
 - e) Gerência de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador;
 - d) Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Não Transmissíveis;
 - e) Gerência de Vigilância Epidemiológica de Doenças Transmissíveis;
 - f) Gerência de Vigilância Sanitária de Produtos;
 - g) Gerência de Vigilância Sanitária de Serviços de Saúde;
- VIII—Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS:-
 - a) Gerência da Escola Estadual de Saúde Pública—Cândido Santiago;
 - b) Gerência de Administração Setorial e Captação de Recursos;
 - e) Gerência de Planejamento e Execução de Eventos e Projetos para o SUS;
- IX—Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde:-
 - a) Gerência de Auditoria;
 - b) Gerência de Processamento e Informação;
 - e) Gerência de Regulação;
- X—Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde:-
 - a) Gerência da Assistência Farmacêutica;
 - b) Gerência de Atenção à Saúde;
 - e) Gerência de Programas Especiais;
 - d) Gerência de Regionalização e Conformação das Redes de Atenção à Saúde;
 - e) Gerência de Saúde Bucal;
 - f) Gerência de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente;
 - g) Gerência de Saúde Mental;
- XI—Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde:-
 - a) Gerência da Central de Transplantes de Goiás;
 - b) Gerência de Desenvolvimento das Unidades Assistenciais de Saúde;
 - e) Gerência de Engenharia Clínica;
 - d) Gerência de Gestão de Riscos;
- XII—Unidades Complementares Descentralizadas:-
 - a) Central de Laudos;
 - b) Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa (CMAC);
 - e) Central Odontológica de Goiânia;
 - d) Centro de Assistência aos Radioacidentados (CARA);
 - e) Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (CERER);

f) Centro Integrado Médico-Psicopedagógico (CIMP);-

g) Creche Cantinho Feliz;-

h) Laboratório Central de Saúde Pública-Dr. Giovanni Cysneiros (LACEN);-

i) Hemocentro de Goiás (HEMOG);-

i.1) Hemocentro Regional de Ceres;-

i.2) Hemocentro Regional de Catalão;-

i.3) Hemocentro Regional de Jataí;-

i.4) Hemocentro Regional de Rio Verde;-

j) Hospital de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta (HDS);-

k) Hospital de Doenças Tropicais-Dr. Anuar Auad (HDT);-

k.1) Condomínio Solidariedade;-

l) Hospital de Medicina Alternativa (HMA);-

m) Hospital de Urgências da Região Sudoeste de Goiás (HURSO);-

n) Hospital de Urgências de Anápolis (HUANA);-

o) Hospital de Urgências de Aparecida de Goiânia (HUAPA);-

p) Hospital de Urgências de Goiânia-Dr. Valdemiro Cruz (HUGO);-

q) Hospital de Urgências de Santo Antônio do Descoberto;-

r) Hospital de Urgências de Trindade (HUTRIN);-

s) Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ);-

t) Hospital Geral de Goiânia-Dr. Alberto Rassi (HGG);-

u) Hospital Materno-Infantil (HMI);-

v) Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL);-

w) Sistema Integrado de Atendimento a Trauma e Emergência (SIATE);-

x) Regional de Saúde Central e Centro-Sul—Goiânia;-

y) Regional de Saúde Entorno Norte—Formosa;-

z) Regional de Saúde Entorno Sul—Luziânia;-

aa) Regional de Saúde Estrada de Ferro—Catalão;-

ab) Regional de Saúde Nordeste I—Campos Belos;-

ac) Regional de Saúde Nordeste II—Posse;-

ad) Regional de Saúde Norte—Porangatu;-

ae) Regional de Saúde Oeste I—Iporá;-

af) Regional de Saúde Oeste II—São Luís de Montes Belos;-

ag) Regional de Saúde Pirineus—Anápolis;-

ah) Regional de Saúde Rio Vermelho—Goiás;-

ai) Regional de Saúde São Patrício—Ceres;-

aj) Regional de Saúde Serra da Mesa—Uruaçu;-

ak) Regional de Saúde Sudoeste I—Rio Verde;-

al) Regional de Saúde Sudoeste II—Jataí;-

am) Regional de Saúde Sul—Itumbiara.-

TÍTULO III
DO JURISDICIONAMENTO

TÍTULO IV
DO CAMPO FUNCIONAL DAS UNIDADES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I
DA SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

~~Art. 4ª Compete à Superintendência Executiva exercer as funções de organização, supervisão técnica e controle das atividades da Pasta de forma estratégica e participativa.~~

CAPÍTULO II
DA CHEFIA DE GABINETE

~~Art. 5º Compete à Chefia de Gabinete:-~~

- ~~I—assistir o Secretário no desempenho de atribuições e compromissos oficiais;~~
- ~~II—coordenar a agenda do Secretário;~~
- ~~III—emitir parecer nos assuntos que lhe forem atribuídos pelo Secretário;~~
- ~~IV—promover e articular os contatos sociais e políticos do Secretário;~~
- ~~V—atender as pessoas que procuram o Gabinete do Secretário, orientá-las e prestar-lhes as informações necessárias, encaminhando-as, quando for o caso, ao Titular da Pasta;~~
- ~~VI—realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO III
DA ADVOCACIA SETORIAL

~~Art. 6º Compete à Advocacia Setorial:-~~

- ~~I—atuar na representação judicial e consultoria jurídica do Estado em matéria de interesse da Pasta;~~
- ~~II—auxiliar na elaboração de editais de licitação e de concurso público;~~
- ~~III—elaborar parecer jurídico prévio em processos licitatórios;~~
- ~~IV—proceder à análise e emissão de parecer jurídico relativo a atos de outorga de contratos e convênios;~~
- ~~V—elaborar informações e contestações em mandados de segurança, cuja autoridade coatora seja agente público em atuação na respectiva Pasta, bem como orientar o cumprimento das decisões liminares proferidas nessas ações e interpor as medidas cabíveis para a impugnação delas;~~
- ~~VI—orientar o cumprimento de decisões judiciais cautelares ou antecipatórias de tutela, quando, intimado pessoalmente, o agente público encarregado de fazê-lo, seja integrante da Secretaria de Estado da Saúde;~~
- ~~VII—encaminhar informações e documentos necessários à atuação da Procuradoria Geral em outras ações nas quais o Estado seja parte ao Procurador do Estado ou à Especializada que os tiver solicitado;~~
- ~~VIII—adotar, em coordenação com as Procuradorias de Defesa do Patrimônio Público e do Meio Ambiente, Judicial, Tributária e Trabalhista, as medidas necessárias para otimização da representação judicial do Estado, em assuntos de interesse da respectiva Pasta;~~
- ~~IX—realizar outras atividades correlatas.~~

~~§ 1º Os pareceres elaborados pela Chefia da Advocacia Setorial deverão ser submetidos à apreciação do Procurador Geral do Estado, que poderá, respeitadas as prescrições da Lei Complementar nº 58, de 4 de julho de 2006, e tendo em conta o bom andamento do serviço e complexidade da matéria, delegar pontualmente àquela Especializada a atribuição de firmar a orientação jurídica a ser prestada, em determinados casos.~~

~~§ 2º A discriminação, em razão da matéria, da natureza do processo e do volume do serviço, de outros feitos judiciais em relação aos quais a representação do Estado fica a cargo da Chefia da Advocacia Setorial poderá ser estabelecida em ato do Procurador Geral do Estado.~~

~~§ 3º A Advocacia Setorial deve observar normas complementares ao Decreto nº 7.256 de 17 de março de 2011, que sejam editadas pelo Procurador Geral do Estado, sobretudo as necessárias para evitar superposição ou omissão na atuação das Advocacias Setoriais.~~

CAPÍTULO IV
DA COMUNICAÇÃO SETORIAL

~~Art. 7º Compete à Comunicação Setorial:-~~

- ~~I—assistir o Titular da Pasta no relacionamento com os órgãos de comunicação;~~
- ~~II—criar e manter canais de comunicação interna dinâmicos e efetivos;~~

- ~~III — promover a interação e articulação interna, propiciando uma comunicação eficiente e eficaz entre as diversas unidades da Secretaria;~~
- ~~IV — articular as atividades de comunicação da Secretaria e de suas entidades vinculadas com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado;~~
- ~~V — criar e manter canais de comunicação com a mídia e a sociedade;~~
- ~~VI — acompanhar a posição da mídia com respeito ao campo de atuação da Secretaria, preparando "releases", "clippings" e cartas à imprensa;~~
- ~~VII — elaborar material informativo, reportagens e artigos para divulgação interna e externa;~~
- ~~VIII — elaborar, produzir e padronizar material visual de suporte às atividades internas e externas da Secretaria, obedecendo as diretrizes do Governo do Estado;~~
- ~~IX — administrar o sítio da Secretaria (internet), colocando à disposição da sociedade informações atualizadas pertinentes ao campo funcional e à atuação da Pasta, dentro de padrões de qualidade, confiabilidade, segurança e integridade;~~
- ~~X — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO V

DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 8º Compete à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças:

- ~~I — coordenar as atividades de gestão de pessoas, do patrimônio, a execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive dos Fundos ligados à Pasta, os serviços administrativos, o planejamento institucional, a tecnologia da informação, bem como dar suporte operacional para as demais atividades;~~
- ~~II — formular, coordenar e avaliar a implantação e/ou implementação da Política Estadual de Gestão do Trabalho e de Desenvolvimento de Pessoas para os profissionais da Secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo do Estado e do Sistema Único de Saúde (SUS);~~
- ~~III — apoiar tecnicamente os municípios goianos no desenvolvimento da Política de Gestão do Trabalho;~~
- ~~IV — coordenar a organização, implantação e implementação da rede estadual de Gestão do Trabalho, para os profissionais da Secretaria;~~
- ~~V — planejar, executar, acompanhar e avaliar políticas de desenvolvimento, recrutamento, seleção de pessoal, admissão, movimentação, acompanhamento e concessão de direitos e vantagens na Secretaria;~~
- ~~VI — executar as atividades referentes a concessão de direitos e vantagens, aposentadoria, desligamento e processamento da folha, entre outros relacionados à administração de pessoal;~~
- ~~VII — garantir os recursos materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento do Órgão;~~
- ~~VIII — coordenar a formulação da proposta orçamentária, dos planos estratégicos e do Plano Plurianual (PPA), em consonância com o Plano Estadual de Saúde, e, ainda, realizar o acompanhamento e avaliação dos resultados do Órgão;~~
- ~~IX — formular, implantar, controlar, avaliar e disseminar os Instrumentos de Planejamento do Sistema Único de Saúde, em conjunto com as demais áreas da Pasta, tais como o Plano Estadual de Saúde, as Programações Anuais de Saúde e os Relatórios Anuais de Gestão;~~
- ~~X — apoiar tecnicamente os municípios na elaboração dos Instrumentos de Planejamento do SUS no âmbito do Estado de Goiás;~~
- ~~XI — orientar, coordenar, formular e implementar o planejamento e o monitoramento da demanda de consumo institucional, necessários ao funcionamento do Órgão;~~
- ~~XII — promover e garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;~~
- ~~XIII — coordenar e implementar os processos licitatórios e a gestão de contratos, convênios, projetos de cooperação e demais ajustes firmados pelo Órgão;~~
- ~~XIV — coordenar o processo de modernização institucional e a melhoria contínua das atividades do Órgão, bem como os processos de elaboração, implantação e implementação de normas, instrumentos e métodos necessários ao fortalecimento do modelo de gestão do SUS;~~
- ~~XV — supervisionar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão;~~
- ~~XVI — realizar análise das prestações de contas de recursos financeiros;~~
- ~~XVII — coordenar a elaboração de projetos de arquitetura, realização de obras, reformas, ampliação e revitalização de áreas físicas destinadas aos estabelecimentos de saúde do SUS-GO e da Secretaria;~~
- ~~XVIII — programar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas ao processo de contratação de serviços, à aquisição de materiais, insumos, correlatos, bem como de equipamentos e medicamentos;~~

~~XXIX — coordenar as atividades relacionadas a recebimento, conferência, guarda, conservação e distribuição de medicamentos, insumos e correlatos, bem como de equipamentos, mobiliário e material de consumo da Pasta;~~

~~XX — formular, implantar, implementar e coordenar a Política de Informática e Informações em Saúde, para a Secretaria, padronizando as ações pertinentes a sistemas, comunicação de dados e disseminação da informação;~~

~~XXI — acompanhar a evolução das necessidades de informação nas diversas unidades da Secretaria, propondo, sempre que justificável, a exclusão, alteração ou implantação de sistemas ou a utilização de técnicas e metodologias mais eficientes e eficazes;~~

~~XXII — viabilizar a implantação da infraestrutura necessária para a implementação de sistemas informatizados que suportem as atividades da Secretaria;~~

~~XXIII — racionalizar o uso dos recursos de informática, bem como monitorar e avaliar a política de segurança de informação da Secretaria;~~

~~XXIV — coordenar a programação financeira da Pasta;~~

~~XXV — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO VI

DA SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Art. 9º Compete à Superintendência de Vigilância em Saúde:-

~~I — promover planejamento, execução, monitoramento, controle, avaliação e integração das ações de vigilância epidemiológica, sanitária, saúde ambiental e saúde do trabalhador, no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~II — formular e coordenar a execução da Política de Vigilância em Saúde, em consonância com a Política de Saúde no âmbito do Estado e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;~~

~~III — estabelecer diretrizes e metas, bem como padronizar procedimentos e protocolos técnicos e reformulação dos processos de trabalho de sua área de atuação;~~

~~IV — coordenar ações para conhecimento, detecção e prevenção de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do processo saúde-doença e do meio ambiente que interferem na saúde humana;~~

~~V — realizar o controle das doenças transmissíveis, não transmissíveis e agravos, por meio do conhecimento, detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual e coletiva da população;~~

~~VI — cadastrar e licenciar os estabelecimentos sujeitos ao regime da vigilância sanitária, em seu âmbito de atuação;~~

~~VII — coordenar e realizar em caráter complementar, no âmbito do Estado, as atividades de fiscalização sanitária de produtos, serviços de saúde e de interesse da saúde, do ambiente, incluído o do trabalho, de acordo com os padrões técnicos estabelecidos na legislação sanitária;~~

~~VIII — instaurar o processo administrativo sanitário no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~IX — coordenar o processo de autorização e emissão, em seu âmbito de atuação, do atestado de salubridade para loteamentos;~~

~~X — coordenar a política de proteção à saúde do trabalhador, dos processos e dos ambientes de trabalho no âmbito do SUS;~~

~~XI — coordenar e realizar, em caráter complementar, ações de vigilância entomológica;~~

~~XII — participar da elaboração da programação orçamentária anual e plurianual da Secretaria da Saúde, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, e coordenar a aplicação dos recursos financeiros destinados à vigilância em saúde;~~

~~XIII — realizar a gestão dos sistemas de informação em saúde e das ações estratégicas de detecção e controle de agravos, no âmbito de sua atuação;~~

~~XIV — fomentar o desenvolvimento de ações de ensino e pesquisa para aperfeiçoamento científico e tecnológico de vigilância em saúde, em consonância com a Política Nacional e Estadual de Ciência e Tecnologia;~~

~~XV — coordenar a formulação e implementação de políticas de descentralização das ações de vigilância em saúde para os municípios;~~

~~XVI — cooperar técnica e financeiramente com os municípios, na execução das ações de vigilância em saúde;~~

~~XVII — coordenar e executar as ações de vigilância em saúde, compreendendo as ações de média e alta complexidade no âmbito de sua atuação, de acordo com as normas vigentes e pactuações estabelecidas;~~

~~XVIII — assumir, transitoriamente, quando necessário, a execução das ações de vigilância em saúde nos municípios, comprometendo-se a cooperar para que o município assumira, no menor prazo possível, sua responsabilidade;~~

~~XIX — coordenar a execução de ações específicas de vigilância em saúde, em caráter permanente, mediante acordo bipartite e conforme normatização específica;~~

~~XX — supervisionar as ações de prevenção e controle de vigilância em saúde, coordenando aquelas que exijam ação articulada e simultânea entre os municípios;~~

~~XXI — realizar o intercâmbio técnico-científico com organismos governamentais e não governamentais, de âmbito nacional e internacional, na área de Vigilância à Saúde;~~

~~XXII — propor políticas, normas e ações de educação, comunicação e mobilização social, referentes à área de Vigilância à Saúde;~~

~~XXIII — coordenar, e, em caráter complementar, executar ações e serviços de vigilância alimentar e nutricional;~~

~~XXIV — apoiar e avaliar tecnicamente as ações de vigilância em saúde realizadas pelas Regionais de Saúde e Núcleos de Apoio ao Controle de Endemias e pelos municípios;~~

~~XXV — planejar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações de imunização e rede de frio no âmbito do Estado;~~

~~XXVI — realizar outras atividades correlatas.~~

~~Parágrafo único. Para efeito deste Regulamento, serão observadas, quanto às atividades de fiscalização, ao investimento na função fiscalizadora e às atribuições dos servidores nela investidos, as disposições do art. 110 da Lei estadual nº 16.140, de 02 de outubro de 2007.~~

CAPÍTULO VII

DA SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO PARA O SUS

Art. 10. Compete à Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS:-

~~I — formular, coordenar e avaliar a implantação e/ou implementação da Política de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde para os profissionais do SUS, no âmbito do Estado, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo do Estado e do Sistema Único de Saúde (SUS);~~

~~II — apoiar tecnicamente os municípios no desenvolvimento da Política de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente para os profissionais do SUS, no âmbito do Estado;~~

~~III — articular-se com instâncias governamentais e não governamentais para o fortalecimento das ações de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde para os profissionais do SUS, no âmbito estadual;~~

~~IV — coordenar e executar as ações de Gestão do Trabalho e Educação Permanente para os profissionais do SUS, no âmbito do Estado;~~

~~V — promover a integração de todos os processos de capacitação e de desenvolvimento de recursos humanos à Política de Educação Permanente, no âmbito da gestão estadual do SUS;~~

~~VI — coordenar a organização, implantação e implementação da rede estadual de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, para os profissionais do SUS, na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás;~~

~~VII — promover o desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, em consonância com a Política Estadual e Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, integrante da Política Nacional de Saúde formulada no âmbito do SUS;~~

~~VIII — coordenar e executar as ações de educação profissional e tecnológica, visando à formação, capacitação, qualificação e a outros processos educacionais voltados para o serviço público na área da saúde;~~

~~IX — coordenar a participação da Secretaria da Saúde no Consórcio Goiás de Educação Profissional, composto por representantes das áreas de Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Indústria e Comércio, Agricultura e Saúde;~~

~~X — articular as políticas regulatórias e de indução de mudanças no campo da graduação e especialização das profissões de saúde, participando de todas elas;~~

~~XI — coordenar as atividades relacionadas a promoções de eventos para o SUS, no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~XII — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO VIII

DA SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE E AVALIAÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE

Art. 11. Compete à Superintendência de Controle e Avaliação Técnica de Saúde:-

~~I — assegurar o rigoroso cumprimento das leis que regulamentam o Sistema Único de Saúde — SUS —, no âmbito estadual;~~

~~II — assegurar o cumprimento das ações e dos serviços estabelecidos no Plano Estadual de Saúde para a respectiva Superintendência;~~

~~III — coordenar e aperfeiçoar os Sistemas Estaduais de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria das ações e dos serviços de saúde;~~

~~IV — coordenar e aperfeiçoar o Sistema Estadual de Urgências;~~

~~V — apoiar tecnicamente os níveis regionais e municipais nas atividades de regulação, controle, avaliação e auditoria no âmbito de sua atuação;~~

~~VI — controlar, acompanhar e avaliar a gestão da saúde nos municípios, no que se refere aos direitos e às obrigações constantes dos Contratos Organizativos da Ação Pública da Saúde;~~

~~VII — coordenar, acompanhar e avaliar a Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde (PGASS) e controlar a oferta~~

~~das ações e dos serviços públicos de saúde ambulatoriais e hospitalares sob gestão do Estado, monitorando os fluxos das referências intermunicipais;~~

~~VIII — pactuar e coordenar a Política Estadual de Regulação da Assistência em Saúde, assim como implantar e implementar o Sistema de Regulação da Assistência em Saúde no Estado;~~

~~IX — apoiar a descentralização da regulação do acesso, implementando o Complexo Regulador Estadual, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde;~~

~~X — estabelecer e difundir critérios de regulação da atenção à saúde, articulando-se com outras esferas governamentais;-~~

~~XI — monitorar a regulação intermunicipal e interestadual, por meio do Complexo Regulador Estadual, intermediando o processo regulatório quando os fluxos pactuados forem insuficientes para garantir o acesso do usuário aos serviços necessários;~~

~~XII — coordenar e acompanhar as atividades da Central Estadual de Regulação de Alta Complexidade;-~~

~~XIII — coordenar e operacionalizar o Programa “Tratamento Fora de Domicílio”;~~

~~XIV — coordenar o Sistema de Cadastramento dos Estabelecimentos de Saúde, assim como o Sistema de Cadastramento dos Usuários do SUS — Cartão SUS, no âmbito estadual;~~

~~XV — controlar e avaliar a organização e o desempenho das redes de serviços regionalizadas;-~~

~~XVI — acompanhar a distribuição de Autorizações de Internações Hospitalares e Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Alta Complexidade/ Custo de acordo, com a Programação Geral das Ações e dos Serviços de Saúde;~~

~~XVII — realizar o levantamento financeiro relativo aos prestadores ambulatoriais sob gestão estadual, no Sistema de Informação Ambulatorial e Hospitalar do SUS;~~

~~XVIII — monitorar o cumprimento, pelos municípios, dos Planos de Saúde, Relatórios de Gestão, operação dos Fundos de Saúde, Indicadores e Metas dos Contratos Organizativos da Ação Pública da Saúde, da constituição dos serviços de regulação, controle, avaliação e auditoria e participação na Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde;~~

~~XIX — coordenar, integrar e avaliar os seguintes Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares: Sistema de Informações Ambulatoriais e de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Sistema de Programação Pactuada e Integrada e Sistema Nacional de Regulação;~~

~~XX — processar os dados da produção ambulatorial e hospitalar dos municípios e prestadores de serviços sob gestão da Secretaria da Saúde, e atualizar o banco de dados nacional com dados do Sistema de Informações Ambulatoriais e Hospitalares, mensalmente;~~

~~XXI — realizar as atividades de preparo e controle de pagamento vinculado ao sistema de contas médico hospitalares e ambulatoriais;~~

~~XXII — acompanhar, juntamente com os outros setores da SES, as ferramentas de Gestão da Informação em Saúde inerentes a sua área de abrangência;~~

~~XXIII — controlar os serviços ambulatoriais e hospitalares realizados pela rede pública conveniada e contratada, bem como determinar as auditorias necessárias;~~

~~XXIV — avaliar os sistemas de saúde com base em dados epidemiológicos, indicadores de resultados e parâmetros de cobertura, produtividade e qualidade;~~

~~XXV — adotar as providências indispensáveis ao resguardo do interesse público e à probidade na aplicação dos recursos e utilização de bens públicos, caso sejam constatadas irregularidades;~~

~~XXVI — realizar vistorias técnicas para fins de controle, avaliação e auditoria junto à rede pública conveniada e contratada, em consonância com a Vigilância Sanitária;~~

~~XXVII — coordenar e acompanhar o processo de contratação das ações e dos serviços de saúde sob gestão estadual, no âmbito de sua competência;~~

~~XXVIII — criar e elaborar instrumentos de análise, controle e avaliação adequados aos requisitos preconizados pelas leis e normas vigentes do SUS, visando facilitar a pactuação e o monitoramento do Pacto pela Saúde;~~

~~XXIX — coordenar o desenvolvimento de sistemas de avaliação de metodologias de saúde e implementar sistemas de avaliação da satisfação dos usuários;~~

~~XXX — realizar outras atividades correlatas.~~

CAPÍTULO IX

DA SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

Art. 12. Compete à Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde:-

I — propor, planejar, coordenar a formulação, pactuar, monitorar e avaliar as Políticas Públicas de Saúde para a população goiana, de forma integrada com as demais áreas da SES, a partir da análise da situação de saúde local ou regional;

II — implantar e implementar as Políticas Públicas de Saúde para a população goiana, no âmbito de sua competência;-

III — analisar periodicamente os indicadores de saúde da população do Estado de Goiás, no âmbito de sua atuação;

buscando identificar e priorizar a implantação de ações e serviços de acordo com as realidades locais e regionais;

~~IV—realizar o levantamento da capacidade instalada e do perfil de oferta em serviços e ações em cada região;—~~

~~V—formular e desenvolver ações que assegurem o acesso da população à promoção, prevenção e reabilitação da saúde;—~~

~~VI—coordenar, implantar e acompanhar o processo de descentralização/ regionalização e a organização das ações e dos serviços de saúde em redes de atenção à saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Goiás;~~

~~VII—coordenar o processo de organização de redes assistenciais para a atenção a problemas e grupos populacionais específicos, como indígenas, assentados e quilombolas;~~

~~VIII—desenvolver estratégias de disseminação de informações relevantes sobre a Atenção Primária no Estado, de forma ágil e precisa;~~

~~IX—monitorar e avaliar a incorporação e implantação das normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde na Atenção Primária/Estratégia Saúde da Família;~~

~~X—realizar periodicamente, nos municípios, a avaliação do acesso da população às ações e aos serviços de Atenção Primária, assim como aos de Média e Alta Complexidade;~~

~~XI—propor e definir novos investimentos com o objetivo de melhorar o acesso da população às ações e aos serviços de saúde;~~

~~XII—coordenar o processo de construção de consenso interno e externo à SES, acerca da necessidade de mudança/adaptação do modelo de atenção à saúde no SUS estadual, fortalecendo a Atenção Primária;~~

~~XIII—formular e coordenar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica, do componente básico ao especializado;—~~

~~XIV—coordenar, em parceria com o Órgão competente, as ações previstas no Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde do Preso, acompanhando e dando suporte à implantação de tais ações;~~

~~XV—participar do planejamento das ações e dos serviços de saúde da SES, em conformidade com os indicadores regionais e locais, com objetivo de preservar a saúde e interferir nos fatores de agravos;~~

~~XVI—cooperar tecnicamente com os municípios em análise dos indicadores de saúde locais, levantamento da capacidade instalada, implantação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de saúde, no âmbito de sua atuação;~~

~~XVII—propor o desenvolvimento de pesquisas avaliativas para verificar a mudança/adequação do modelo de atenção à saúde no SUS;~~

~~XVIII—propor capacitações das equipes técnicas do SUS, no que se refere à implantação das políticas públicas de saúde, com base nas necessidades identificadas;~~

~~XIX—subsidiar as Unidades Regionais de Saúde, no âmbito de sua atuação, para prestarem cooperação técnica e dar apoio aos Municípios na implantação e implementação das Políticas Públicas de Saúde;~~

~~XX—coordenar e definir diretrizes clínicas, linhas de cuidado e protocolos clínicos para a implantação das Políticas de Atenção Integral à Saúde;~~

~~XXI—coordenar, subsidiada pela Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, a formulação das Políticas Estaduais de Sangue e Hemoderivados, de Gerenciamento da Tecnologia em Equipamentos Médico-Hospitalares, de Transplantes de Órgãos e Tecidos, da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública e da Gestão de Risco das Unidades Assistenciais da SES, entre outras;~~

~~XXII—coordenar, alimentar, implantar, monitorar, avaliar e responder pelos sistemas de informação, no âmbito de sua competência;~~

~~XXIII—acompanhar, junto à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, as transferências de recursos financeiros destinados aos Municípios e Organizações não governamentais, para efetivação da implantação das Políticas públicas de Saúde, no âmbito de sua competência;~~

~~XXIV—coordenar o desenvolvimento do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator/PAILI, em parceria com a Rede de Saúde Mental do Município de Goiânia;~~

~~XXV—realizar outras atividades correlatas.—~~

CAPÍTULO X

DA SUPERINTENDÊNCIA DE GERENCIAMENTO

DAS UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

Art. 13. Compete à Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde:—

I—coordenar o gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde, sob gestão da Secretaria de Estado da Saúde, criando mecanismos eficientes e resolutivos que aprimorem o atendimento, monitorem e avaliem os resultados, primando pelo controle da qualidade de assistência à saúde;

II—coordenar as atividades relacionadas a formalização, monitoramento e avaliação dos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria da Saúde e as Organizações Sociais;

III—coordenar, orientar e acompanhar o desenvolvimento de instrumentos de avaliação de gestão e qualidade de serviços

assistenciais, no âmbito de sua competência;

~~IV—atender a diligências diversas, referentes aos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Organizações Sociais, bem como acompanhar as inspeções ordinárias dos órgãos fiscalizadores, no âmbito de sua competência;~~

~~V—demandar e subsidiar a formulação das políticas de Atenção à Saúde nas unidades assistenciais de saúde sob gestão da SES, para a área competente;~~

~~VI—coordenar a implantação e implementação das políticas de Atenção à Saúde, nas unidades assistenciais de saúde sob gestão da SES, observados os princípios e diretrizes do SUS;~~

~~VII—participar da organização e implantação, em conjunto com as demais Superintendências e outras Instituições, das redes de atenção à saúde, em seu âmbito de atuação, definindo fluxos assistenciais que proporcionem acesso equânimo, integral, humanizado e qualificado aos serviços de saúde, por meio de uma oferta regulada;~~

~~VIII—participar do processo de formulação, implantação, monitoramento, controle e avaliação dos Instrumentos de Planejamento do SUS, no âmbito de sua atuação;~~

~~IX—participar da elaboração do Plano Plurianual, do Plano de Ação Integrada de Desenvolvimento e da Programação Orçamentária Anual, no que tange à SES e em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado, assim como participar da definição da aplicação dos recursos financeiros destinados às ações de atenção à saúde, em seu âmbito de atuação;~~

~~X—demandar e subsidiar o planejamento de qualificação dos profissionais que atuam junto às Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da SES, em articulação com a Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS;~~

~~XI—demandar e participar, em conjunto com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, da formulação, implantação e implementação da Política de Recursos Humanos para as Unidades Assistenciais de Saúde, sob gestão da SES, cuja coordenação de gerenciamento está sob sua competência;~~

~~XII—demandar e participar, em conjunto com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças e Organizações Sociais de Saúde, da implantação e implementação da Política de Recursos Humanos para as Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da SES, cujo gerenciamento está sob a competência das OSS;~~

~~XIII—coordenar o levantamento de necessidades de investimentos na Rede de Serviços de Saúde da SES, referente aos equipamentos médico-hospitalares e laboratoriais, bem como ao gerenciamento de estoques e manutenção dos mesmos;~~

~~XIV—coordenar o planejamento de investimentos de infraestrutura, manutenção e abastecimento das Unidades Assistenciais sob gestão da SES, em articulação com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças;~~

~~XV—coordenar a realização de análise de custos e técnico-administrativa das Unidades Assistenciais sob gestão da SES, em consonância com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças;~~

~~XVI—realizar, em conjunto com as Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão SES, o planejamento das ações e serviços que devem ser prestados à população;~~

~~XVII—demandar e subsidiar a área competente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, na formulação das Políticas Estaduais de Sangue e Hemoderivados, de Gerenciamento da Tecnologia em Equipamentos Médico-hospitalares, de Transplantes de Órgãos e Tecidos, da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública, de Gestão de Risco das Unidades Assistenciais da SES, entre outras;~~

~~XVIII—coordenar a implantação nas Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da SES, das Políticas Estaduais de Sangue e Hemoderivados, de Gerenciamento da Tecnologia em Equipamentos Médico-Hospitalares, de Transplantes de Órgãos e Tecidos, da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública e de Gestão de Risco das Unidades Assistenciais da SES;~~

~~XIX—estabelecer diretrizes e metas, padronização de procedimentos e protocolos técnicos e reformulação dos processos de trabalho para as Unidades Assistenciais sob gestão da Secretaria;~~

~~XX—promover o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia no que se refere a equipamentos médico-hospitalares, propondo parcerias com entidades públicas e/ou privadas;~~

~~XXI—coordenar a execução de ações e serviços de saúde às vítimas atingidas pelo acidente radioativo ocorrido em Goiânia com o césio-137;~~

~~XXII—realizar outras atividades correlatas.~~

TÍTULO V **DAS ATRIBUIÇÕES DOS PRINCIPAIS DIRIGENTES**

CAPÍTULO I **DO SECRETÁRIO**

Art. 14. São atribuições do Secretário de Estado da Saúde:

I—auxiliar o Governador do Estado no exercício da direção superior da Administração Pública Estadual;

II—exercer a administração do Órgão, praticando todos os atos necessários ao respectivo exercício na área de sua competência, notadamente os relacionados com orientação, coordenação e supervisão das atividades a cargo das unidades administrativas integrantes da SES;

III—praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas pelo Governador do Estado;

- ~~IV—expedir instruções e outros atos normativos necessários à boa execução de leis, decretos e regulamentos;—~~
- ~~V—prestar, pessoalmente ou por escrito, à Assembléia Legislativa ou a qualquer de suas comissões, quando convocado e na forma da convocação, informações sobre assunto previamente determinado;~~
- ~~VI—propor ao Governador, anualmente, o orçamento de sua Pasta;~~
- ~~VII—delegar suas próprias atribuições por ato expresso aos seus subordinados, observados os limites estabelecidos em lei;~~
- ~~VIII—referendar as leis sancionadas pelo Governador e os decretos por ele assinados, que disserem respeito a sua Pasta;—~~
- ~~IX—em relação à entidade jurisdicionada:—~~
- ~~a) fixar as políticas, diretrizes e prioridades, especialmente no que diz respeito a planos, programas e projetos, exercendo o acompanhamento, a fiscalização e o controle de sua execução;~~
- ~~b) dar posse aos seus dirigentes, à exceção dos Presidentes;—~~
- ~~c) presidir os seus conselhos de administração, salvo disposição em contrário consignada em ato do Governador do Estado;~~
- ~~d) celebrar contrato de gestão ou acordo de resultados, observado o disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 17.257, de 25 de Janeiro de 2011;~~
- ~~X—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Governador.~~

CAPÍTULO II

DO SUPERINTENDENTE EXECUTIVO

- ~~Art. 15. São atribuições do Superintendente Executivo:—~~
- ~~I—acompanhar a execução, no âmbito da Secretaria, dos planos e programas, avaliando e controlando os seus resultados;~~
- ~~II—estudar e avaliar, permanentemente, o custo-benefício de projetos e atividades da Secretaria;—~~
- ~~III—promover o alinhamento das Superintendências na elaboração de planos, programas e projetos pertinentes à área de atuação da Secretaria;~~
- ~~IV—promover a articulação das unidades administrativas básicas da Secretaria, de forma a obter um fluxo contínuo de informações, facilitando a coordenação e o processo de tomada de decisões;~~
- ~~V—fomentar a solução dos problemas identificados, em conformidade com as diretrizes políticas do SUS;—~~
- ~~VI—promover, articular e integrar as atividades e ações de cooperação técnica aos municípios, propondo a adoção de diretrizes necessárias para o fortalecimento da gestão descentralizada do SUS, no âmbito da Secretaria;~~
- ~~VII—compilar, integrar e transformar tecnicologicamente as informações de todas as Superintendências em indicadores gráficos, tabelas e mapas;~~
- ~~VIII—centralizar as informações em saúde, visando à monitorização, análise e avaliação das situações, tendências e determinantes da saúde no Estado de Goiás, com ênfase na identificação de desigualdades nos riscos, danos e acesso aos serviços de saúde;~~
- ~~IX—promover a geração e divulgação de informações qualificadas para a avaliação do desempenho dos sistemas e serviços de saúde, subsidiando a tomada de decisões e o fortalecimento da participação social;~~
- ~~X—dar suporte político, técnico, logístico e operacional às Gerências das Regionais de Saúde e Núcleos de Apoio ao Controle de Endemias;~~
- ~~XI—despachar com o Secretário;—~~
- ~~XII—substituir o Secretário em suas faltas e impedimentos;—~~
- ~~XIII—praticar atos administrativos da competência do Secretário, por delegação deste;—~~
- ~~XIV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;—~~
- ~~XV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;—~~
- ~~XVI—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO III

DO CHEFE DE GABINETE

- ~~Art. 16. São atribuições do Chefe de Gabinete:—~~
- ~~I—responsabilizar-se pela qualidade e eficiência das atividades de atendimento direto ao Secretário;—~~

- ~~II — responsabilizar-se pelas atividades de relações públicas referente aos assuntos políticos e sociais da Pasta;-~~
- ~~III — assistir o Secretário nas representações política e social;-~~
- ~~IV — despachar diretamente com o Secretário;-~~
- ~~V — submeter à apreciação do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~
- ~~VI — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-~~
- ~~VII — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~
- Secretário.

CAPÍTULO IV

DO CHEFE DA ADVOCACIA SETORIAL

- Art. 17. São atribuições do Chefe da Advocacia Setorial:-
- ~~I — orientar e coordenar o seu funcionamento;-~~
- ~~II — distribuir aos auxiliares os processos sobre matéria administrativa e judicial que lhe forem encaminhados;-~~
- ~~III — emitir parecer cujo conteúdo deve ser submetido à apreciação do Procurador Geral do Estado;-~~
- ~~IV — prestar ao Titular da Pasta e ao Procurador Geral do Estado as informações e os esclarecimentos sobre matérias que lhe forem submetidas, propondo as providências que julgar convenientes;~~
- ~~V — despachar com o Secretário;-~~
- ~~VI — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~
- ~~VII — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-~~
- ~~VIII — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~
- Secretário.

Parágrafo único. A Advocacia Setorial poderá solicitar, sempre que haja necessidade de serviço e interesse público que o justifique, a prestação, por qualquer outra unidade de Advocacia Setorial e/ou Procuradoria Especializadas, de auxílio no desempenho das próprias atividades, cabendo a decisão final ao Procurador Geral do Estado.

CAPÍTULO V

DO CHEFE DA COMUNICAÇÃO SETORIAL

- Art. 18. São atribuições do Chefe da Comunicação Setorial:
- ~~I — assistir o Titular da Pasta no relacionamento com os órgãos de comunicação;~~
- ~~II — acompanhar a posição da mídia com respeito ao campo de atuação da Secretaria, preparando "releases", "clippings" e cartas à imprensa;~~
- ~~III — colaborar com as áreas da Secretaria nas relações com órgãos públicos e privados de interesse da Pasta;~~
- ~~IV — criar e manter canais de comunicação com a mídia e a sociedade;~~
- ~~V — criar e manter canais de comunicação interna dinâmicos e efetivos;-~~
- ~~VI — elaborar material informativo, reportagens e artigos para divulgação interna e externa;~~
- ~~VII — elaborar e padronizar material visual de suporte às atividades internas e externas da Secretaria, obedecidas as diretrizes do Governo do Estado;~~
- ~~VIII — gerir o sítio da Secretaria (internet), colocando à disposição da sociedade informações atualizadas pertinentes ao campo funcional e à atuação da Pasta, dentro de padrões de qualidade, confiabilidade, segurança e integridade;~~
- ~~IX — articular as atividades de comunicação da Secretaria e de suas entidades vinculadas com as diretrizes de comunicação do Governo do Estado;~~
- ~~X — gerir os canais de comunicação com a sociedade, realizando recebimento, análise e acompanhamento dos registros de reclamações, denúncias, sugestões e críticas, intermediando a solução dos problemas apresentados, bem como repassando, em tempo hábil, os resultados aos interessados;~~
- ~~XI — viabilizar a interação e articulação interna, propiciando comunicação eficiente e eficaz entre as diversas unidades da~~
- Secretaria;
- ~~XII — despachar com o Secretário;-~~
- ~~XIII — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-~~
- ~~XIV — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-~~
- ~~XV — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo~~

CAPÍTULO VI

DO SUPERINTENDENTE DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 19. São atribuições do Superintendente de Gestão, Planejamento e Finanças:-

I—supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão de pessoas, patrimônio, execução da contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial, inclusive dos Fundos ligados à Pasta, os serviços administrativos, o planejamento, a tecnologia da informação, bem como dar suporte operacional para as demais atividades;

II—viabilizar a infraestrutura necessária para a implementação de sistemas informatizados que suportem as atividades da Pasta;

III—promover e garantir os recursos materiais e serviços necessários ao perfeito funcionamento do Órgão;-

IV—dirigir e coordenar a formulação dos planos estratégicos, do Plano Plurianual (PPA), proposta orçamentária, acompanhamento e avaliação dos resultados da Secretaria;

V—garantir a atualização permanente dos sistemas e relatórios de informações governamentais, em consonância com as diretrizes dos órgãos de orientação e controle;

VI—supervisionar e acompanhar a execução da política de gestão de pessoas da Pasta;-

VII—coordenar e acompanhar os processos licitatórios e a gestão de contratos, convênios e demais ajustes firmados pela Secretaria;

VIII—dirigir e coordenar as atividades referentes a pagamento, recebimento, controle, movimentação e disponibilidade financeira, acompanhando a execução da contabilização orçamentária, financeira e patrimonial da Pasta;

IX—supervisionar e acompanhar o processo de modernização institucional e melhoria contínua das atividades do Órgão;-

X—promover a implantação e/ou implementação da Política Estadual de Gestão do Trabalho e de Desenvolvimento de Pessoas para os profissionais da Secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo do Estado e do Sistema Único de Saúde (SUS);

XI—coordenar formulação, implantação, controle, avaliação e disseminação dos Instrumentos de Planejamento do Sistema Único de Saúde, em conjunto com as demais áreas da Pasta, tais como o Plano Estadual de Saúde, as Programações Anuais de Saúde e os Relatórios Anuais de Gestão;

XII—dirigir a elaboração de projetos de arquitetura, a realização de obras, reformas, ampliação e revitalização de área física destinada aos estabelecimentos de saúde do SUS-GO e da Secretaria;

XIII—realizar recebimento, conferência, guarda, conservação e distribuição de medicamentos, insumos e correlatos, bem como de equipamentos, mobiliário e material de consumo da Pasta;

XIV—despachar com o Secretário;-

XV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;-

XVI—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;-

XVII—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário-

CAPÍTULO VII

DO SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Art. 20. São atribuições do Superintendente de Vigilância em Saúde:-

I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa, no âmbito de sua atuação;

II—orientar a execução da Política de Vigilância em Saúde, em consonância com a Política de Saúde no âmbito do Estado e as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

III—estabelecer diretrizes e metas, bem como padronizar procedimentos e protocolos técnicos e a reformulação dos processos de trabalho, na sua área de atuação;

IV—coordenar em caráter complementar e/ou suplementar, a Vigilância Sanitária Municipal, as ações e os serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, ambiental, alimentar e nutricional, saneamento básico, além do controle de zoonoses e de saúde do trabalhador;

V—participar, junto com órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana;

VI—participar da formulação das políticas de saneamento básico, educação, trabalho, agropecuária, ambiental e outras de interesse à saúde, no âmbito de sua atuação;

VII—participar das ações de controle e avaliação das condições dos ambientes de trabalho;

~~VIII—formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano;~~

~~IX—colaborar com a União, na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;~~

~~X—dirigir, em caráter complementar, no âmbito do Estado, as atividades de fiscalização sanitária de produtos, serviços de saúde e de interesse da saúde, de ambiente, incluído o do trabalho, de acordo com os padrões técnicos estabelecidos na legislação sanitária;~~

~~XI—instaurar o processo administrativo sanitário, no âmbito do Estado de Goiás;~~

~~XII—planejar, coordenar e controlar o processo de cadastramento e licenciamento dos estabelecimentos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, em seu âmbito de atuação;~~

~~XIII—controlar, autorizar e emitir, em seu âmbito de atuação, o atestado de salubridade para loteamentos;~~

~~XIV—coordenar, controlar e avaliar a gestão dos sistemas de informação em saúde e das ações estratégicas de detecção e controle de agravos;~~

~~XV—fomentar o desenvolvimento de ações de ensino e pesquisa para aperfeiçoamento científico e tecnológico de vigilância em saúde, em consonância com a Política Nacional e Estadual de Ciência e Tecnologia;~~

~~XVI—realizar o desenvolvimento de metodologias de monitoramento e avaliação das ações de vigilância em saúde;~~

~~XVII—promover a formulação e implementação de políticas de descentralização das ações de vigilância em saúde para os municípios;~~

~~XVIII—realizar ações de imunização em rede de frio no âmbito do Estado;~~

~~XIX—participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), dos Instrumentos de Planejamento do SUS, da Programação Anual-Orçamentária, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos relatórios de execução, coordenando a implantação e implementação das ações referentes aos citados documentos, afetos a sua Superintendência;~~

~~XX—subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão da Secretaria;~~

~~XXI—participar da organização e implantação, em conjunto com as demais Superintendências e outras Instituições, das redes de atenção à saúde, em seu âmbito de atuação, definindo fluxos assistenciais que proporcionem acesso equânimo, integral, humanizado e qualificado dos serviços de saúde, por meio de oferta regulada;~~

~~XXII—assistir o Secretário nas questões que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação;~~

~~XXIII—despachar com o Secretário;~~

~~XXIV—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XXV—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XXVI—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO VIII

DO SUPERINTENDENTE DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO PARA O SUS

Art. 21. São atribuições do Superintendente de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS:-

~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II—articular-se com entidades governamentais e não governamentais para o fortalecimento das ações de Educação em Saúde;~~

~~III—executar ações de Gestão do Trabalho e Educação Permanente para os profissionais do SUS, juntamente com as demais Superintendências e Unidades Assistenciais de Saúde da SES;~~

~~IV—promover o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito da saúde, consoante a Política Nacional e a Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde, integrante da Política Nacional de Saúde, formulada no âmbito do SUS;~~

~~V—promover a educação profissional e tecnológica, visando à formação, capacitação, qualificação e a outros processos educacionais voltados para o serviço público na área da saúde;~~

~~VI—articular e participar das políticas regulatórias e da indução de mudanças no campo da graduação e da especialização das profissões de saúde;~~

~~VII—coordenar o apoio e a cooperação técnica aos municípios no desenvolvimento da Política de Gestão do Trabalho e da Educação Permanente para os profissionais do SUS, no âmbito do Estado;~~

~~VIII—coordenar elaboração, implantação, execução, acompanhamento e avaliação de projetos afetos à Superintendência;~~

~~IX—participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), dos Instrumentos de Planejamento do SUS, da Programação Anual-Orçamentária, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos relatórios de execução, coordenando a implantação e implementação das ações referentes aos citados documentos, afetos à Superintendência;~~

- ~~X — subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão da Secretaria;~~
- ~~XI — participar da organização e implantação, em conjunto com as demais Superintendências e outras Instituições, das redes de atenção à saúde, em seu âmbito de atuação, definindo fluxos assistenciais que proporcionem acesso equânimo, integral, humanizado e qualificado dos serviços de saúde, por meio de uma oferta regulada;~~
- ~~XII — assistir o Secretário em questões que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação;~~
- ~~XIII — despachar com o Secretário;~~
- ~~XIV — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~
- ~~XV — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~
- ~~XVI — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO IX

DO SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E AVALIAÇÃO TÉCNICA DE SAÚDE

- Art. 22.** São atribuições do Superintendente de Controle e Avaliação Técnica de Saúde:
- ~~I — exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~
- ~~II — cumprir e fazer cumprir as leis que regulamentam o Sistema Único de Saúde;~~
- ~~III — assistir o Secretário em questões que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação;~~
- ~~IV — participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), dos Instrumentos de Planejamento do SUS, da Programação Anual Orçamentária, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos relatórios de execução, coordenando a implantação e implementação das ações referentes aos citados documentos, afetos a sua Superintendência;~~
- ~~V — dirigir, coordenar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento dos Sistemas Estaduais de Regulação, Controle e Avaliação em Saúde, de Auditoria do SUS, de Políticas de Atenção às Urgências e Emergências e de Processamento e Informações do Sistema de Informações, vinculados aos processos de regulação, controle, avaliação e auditoria;~~
- ~~VI — promover ações de apoio técnico nas atividades de regulação, controle, avaliação e auditoria em níveis regionais e municipais, no âmbito de sua atuação;~~
- ~~VII — promover controle, acompanhamento e avaliação da gestão da saúde nos municípios, no que se refere a direitos e obrigações constantes dos Contratos Organizativos da Ação Pública da Saúde;~~
- ~~VIII — dirigir, acompanhar e avaliar a Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde (PGASS), bem como controlar a oferta das ações e dos serviços públicos de saúde ambulatoriais e hospitalares, sob gestão do Estado, monitorando os fluxos das referências intermunicipais;~~
- ~~IX — dirigir, supervisionar e acompanhar a execução da Política Estadual de Regulação;~~
- ~~X — controlar e avaliar a organização e o desempenho das redes de serviços regionalizadas;~~
- ~~XI — supervisionar e monitorar o cumprimento pelos municípios dos Planos de Saúde, Relatórios de Gestão, da operação dos Fundos de Saúde, Indicadores e Metas dos Contratos Organizativos da Ação Pública da Saúde, da constituição dos serviços de regulação, controle, avaliação e auditoria e da participação na Programação Geral de Ações e Serviços de Saúde;~~
- ~~XII — coordenar, integrar e avaliar os seguintes Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares: Sistema de Informações Ambulatoriais e de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, Sistema de Programação Pactuada e Integrada e Sistema Nacional de Regulação;~~
- ~~XIII — exercer rigoroso controle dos serviços ambulatoriais e hospitalares realizados pela rede pública, conveniada e contratada, bem como determinar as auditorias necessárias;~~
- ~~XIV — avaliar os sistemas de saúde com base em dados epidemiológicos, indicadores de resultados e parâmetros de cobertura, produtividade e qualidade;~~
- ~~XV — adotar as providências indispensáveis ao resguardo do interesse público e à proibidade na aplicação dos recursos ou na utilização de bens públicos, caso sejam constatadas irregularidades;~~
- ~~XVI — promover vistorias técnicas para fins de controle, avaliação e auditoria junto à rede pública, conveniada e contratada em consonância com a Vigilância Sanitária;~~
- ~~XVII — encaminhar, em caso de infração ética, o relatório de auditoria ao Conselho Regional de Medicina e, quando necessário, aos demais Conselhos Regionais da área de Saúde;~~
- ~~XVIII — encaminhar o relatório de auditoria ao Ministério Público, caso sejam constatados indícios de conduta tipificada como crime ou possibilidade de realização de Termo de Ajustamento de Conduta, com vistas a sanar as “não-conformidades” relatadas;~~
- ~~XIX — sugerir a suspensão ou redução, quando for o caso, do encaminhamento de usuários do SUS ao prestador público, conveniado ou contratado, até a correção da irregularidade apontada pela auditoria;~~

~~XX—sugerir a aplicação de multas pecuniárias conforme graduação de infração e penalidade, respeitadas as disposições contratuais;~~

~~XXI—sugerir, mediante conclusão do processo de auditoria, a aplicação da devida penalidade, prevista nas normas do SUS e constantes dos seus instrumentos e protocolos de contratualização e pactuação;~~

~~XXII—desenvolver estudos e propor medidas que visem ao reordenamento do fluxo regulatório do acesso, por consequência da constatação de irregularidades apontadas pela auditoria em estabelecimentos de saúde públicos, conveniados ou contratados, até a correção;~~

~~XXIII—coordenar e acompanhar o processo de contratualização das ações e dos serviços de saúde sob gestão estadual, no âmbito de sua competência;~~

~~XXIV—promover a avaliação de qualidade e satisfação dos usuários do sistema, buscando a implementação de indicadores objetivos, baseados em critérios técnicos, incluindo a avaliação dos usuários quanto à acessibilidade, resolubilidade e qualidade dos serviços;~~

~~XXV—promover e garantir a atualização permanente do Sistema de Cadastro de Estabelecimentos de Saúde no âmbito do Estado;~~

~~XXVI—coordenar o Sistema de Cadastro de Usuários do SUS (Cartão SUS) no âmbito do Estado;~~

~~XXVII—orientar e auxiliar a elaboração de planos, programas, projetos, ações e atividades voltados para a Regulação, o Controle, a Avaliação e Auditoria em Saúde no âmbito estadual;~~

~~XXVIII—despachar com o Secretário;~~

~~XXIX—submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XXX—delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XXXI—desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO X

DO SUPERINTENDENTE DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

~~Art. 23. São atribuições do Superintendente de Políticas de Atenção Integral à Saúde:~~

~~I—exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa e Técnica no âmbito de sua atuação;~~

~~II—participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), dos Instrumentos de Planejamento do SUS, da Programação Anual Orçamentária, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos relatórios de execução, coordenando a implantação e implementação das ações referentes aos citados documentos, afetos à Superintendência;~~

~~III—subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão da Secretaria;~~

~~IV—dirigir, coordenar, propor diretrizes, pactuar e monitorar a implantação e implementação das Políticas Públicas de Saúde para a população goiana, de forma integrada com as demais áreas da SES, a partir da análise da situação de saúde local ou regional, no que se refere à criança, à mulher, ao adolescente, ao adulto, ao idoso, ao homem, aos portadores de necessidades especiais, à saúde bucal e à saúde mental;~~

~~V—promover ações de apoio técnico, supervisão e avaliação, junto aos municípios, das atividades de implantação e implementação das Políticas Públicas de Saúde para a população goiana, no âmbito de sua atuação;~~

~~VI—demandar e subsidiar a formulação, implantação e/ou implementação da Política de Educação em Saúde para os profissionais do SUS Estadual, no âmbito de sua competência, em consonância com as diretrizes do Plano de Governo do Estado e do Sistema Único de Saúde;~~

~~VII—promover ações que assegurem o acesso da população à promoção, prevenção e reabilitação da saúde;~~

~~VIII—dirigir o processo de descentralização/regionalização e a organização das ações e dos serviços de saúde em redes afins de atenção, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Goiás;~~

~~IX—promover a organização de redes assistenciais para atenção a problemas e grupos populacionais específicos, tais como populações indígenas, assentados e quilombolas;~~

~~X—orientar e coordenar a Política Estadual de Assistência Farmacêutica, do componente básico ao especializado;~~

~~XI—definir as diretrizes clínicas, linhas de cuidado e protocolos clínicos para a implantação das Políticas de Atenção Integral à Saúde;~~

~~XII—coordenar, com subsídio da Superintendência de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde e em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, a formulação das Políticas Estaduais de Sangue e Hemoderivados, de Gerenciamento da Tecnologia em Equipamentos Médicos Hospitalares, de Transplantes de Órgãos e Tecidos, da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública, de Gestão de Risco das Unidades Assistenciais da SES, entre outras;~~

~~XIII—submeter à Comissão Intergestores Bipartite e ao Conselho Estadual de Saúde a apreciação e a aprovação da implantação de Políticas Públicas de Saúde no Estado;~~

~~XIV — estabelecer articulação com outras superintendências, organizações governamentais e não governamentais, entidades da sociedade civil e instituições de ensino para o alcance dos objetivos propostos;~~

~~XV — assistir o Secretário em questões que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos pertinentes a sua área de atuação;~~

~~XVI — despachar com o Secretário;~~

~~XVII — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XVIII — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XIX — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

CAPÍTULO XI

DO SUPERINTENDENTE DE GERENCIAMENTO DAS UNIDADES ASSISTENCIAIS DE SAÚDE

Art. 24. São atribuições do Superintendente de Gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde:

~~I — exercer a administração geral das unidades complementares vinculadas à Superintendência, zelando pelo cumprimento de suas disposições regulamentares, bem como praticando os atos de gestão administrativa no âmbito de sua atuação;~~

~~II — administrar o gerenciamento das Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da Secretaria da Saúde, criando mecanismos eficientes e resolutivos que aprimorem o atendimento, monitorem e avaliem os resultados, primando pelo controle da qualidade da assistência à saúde;~~

~~III — supervisionar as atividades relacionadas a formalização, monitoramento e avaliação dos Contratos de Gestão firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e as Organizações Sociais no âmbito de sua competência;~~

~~IV — coordenar o atendimento das diligências diversas referentes a Contratos de Gestão, bem como acompanhar inspeções ordinárias dos órgãos fiscalizadores, no âmbito de sua competência;~~

~~V — participar, junto à área competente, da formulação de Políticas de Saúde, no âmbito de sua competência, observando os princípios e as diretrizes do SUS;~~

~~VI — participar da organização e implantação, em conjunto com as demais Superintendências e outras Instituições, das redes de atenção à saúde, em seu âmbito de atuação, definindo fluxos assistenciais que proporcionem acesso equânimo, integral, humanizado e qualificado dos serviços de saúde, por meio de uma oferta regulada;~~

~~VII — participar da elaboração do Plano Plurianual (PPA), dos Instrumentos de Planejamento do SUS, da Programação Anual Orçamentária, em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como dos relatórios de execução, coordenando a implantação e implementação das ações referentes aos citados documentos, afetos à Superintendência;~~

~~VIII — subsidiar a elaboração dos relatórios de gestão da Secretaria;~~

~~IX — definir e coordenar, em articulação com a Superintendência de Educação em Saúde e Trabalho para o SUS, a qualificação dos profissionais que atuam junto às Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da SES;~~

~~X — participar, em articulação com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, da elaboração, implantação e implementação da Política de Recursos Humanos para as Unidades Assistenciais de Saúde sob gestão da SES;~~

~~XI — realizar o levantamento de necessidades de investimentos na Rede de Serviços de Saúde da SES, referentes aos equipamentos médico hospitalares e laboratoriais, bem como o gerenciamento de estoques e manutenção dos mesmos;~~

~~XII — coordenar as atividades de análise técnico-administrativa e custos das unidades assistenciais próprias, em consonância com a Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças, intervindo, quando necessário, com medidas de correções das distorções;~~

~~XIII — coordenar a realização do planejamento das ações e serviços que devem ser prestados à população, em conjunto com as Unidades Assistenciais de Saúde, sob gestão da SES;~~

~~XIV — coordenar, nas Unidades Assistenciais sob gestão da SES, a implantação e implementação das ações referentes às Políticas de Sangue e Hemoderivados, de Gerenciamento da Tecnologia em Equipamentos Médico-hospitalares, de Transplantes de Órgãos e Tecidos, da Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública, da Política de Gestão de Risco, entre outras;~~

~~XV — promover o desenvolvimento da ciência e tecnologia no que se refere a equipamentos médico-hospitalares, propondo parcerias com entidades públicas e/ou privadas;~~

~~XVI — assistir o Secretário em questões que envolvam tomadas de decisões sobre assuntos pertinentes à sua área de atuação;~~

~~XVII — despachar com o Secretário;~~

~~XVIII — submeter à consideração do Secretário os assuntos que excedam a sua competência;~~

~~XIX — delegar atribuições específicas do seu cargo, com conhecimento prévio do Secretário;~~

~~XX — desempenhar outras atribuições decorrentes do pleno exercício do cargo e as que lhe forem atribuídas pelo Secretário.~~

TÍTULO VI
DA GESTÃO ESTRATÉGICA

~~Art. 25. A Secretaria da Saúde atuará conforme as diretrizes estabelecidas na agenda estratégica governamental, seguindo os princípios da gestão por resultados.~~

~~Art. 26. A gestão deverá pautar-se pela inovação, pelo dinamismo e empreendedorismo, suportada por ações proativas e decisões tempestivas, focada em resultados, na satisfação dos clientes-cidadãos e na correta aplicação dos recursos públicos.~~

~~Art. 27. As ações decorrentes das atividades da Secretaria deverão ser sinérgicas com a missão institucional e ensejar agregação de valor.~~

TÍTULO VII
DISPOSIÇÃO FINAL

~~Art. 28. Serão fixadas em Regimento Interno, pelo Secretário de Estado da Saúde, as competências e atribuições dos dirigentes das unidades administrativas complementares da estrutura organizacional, após apreciação técnica da Secretaria de Gestão e Planejamento, conforme o disposto no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011.~~

Este texto não substitui o publicado no D.O. de 30-10-2013.

Autor	Governador do Estado de Goiás
Órgãos Relacionados	Conselho Estadual de Saúde Fundo Estadual de Saúde Indústria Química do Estado de Goiás - IQUEGO Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO Procuradoria-Geral do Estado - PGE Secretaria de Estado da Saúde - SES Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD
Categorias	Saúde Regulamentos e estatutos